

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

PROFESSOR – HISTÓRIA

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação Educacional	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova de Redação	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Como as estações, também vivemos mudanças.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova de redação. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova de redação é composta de um tema e uma coletânea de textos, e o(a) candidato(a) deverá desenvolver, seguindo uma das propostas contidas na prova, um texto dissertativo-argumentativo, com, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância – Benauro Roberto de Oliveira, um paulista estudioso da história natural e social –, conta e reconta em suas competentes e concorridas aulas uma das lendárias manifestações que cercam a personalidade de Jacques-Yves Cousteau, o francês que se tornou o maior dos oceanógrafos do século 20.

Dizem que um jovem jornalista entrevistava Cousteau sobre o nosso temor aos tubarões e desejava saber quais as chances de um de nós escapar no enfrentamento direto com um desses estupendos animais. O cientista respondeu que as probabilidades de sair ileso eram nulas. O jornalista não se satisfaz e perguntou, em sequência, se o tubarão atacaria se já estivesse alimentado, se fosse de noite, se estivéssemos numa jaula, se fôssemos muitos, se carregássemos um arpão, se entregássemos alguma isca etc.; a cada pergunta, a resposta de Cousteau era a mesma: o bicho atacará de qualquer modo. Irritado, o jovem bradou: mas isso não tem lógica! Com paciência, o genial pesquisador dos mares retrucou: Tem sim, mas é a lógica do tubarão...

É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos (e que muitos preferem chamar de “nosso” planeta, com uma dissimulada satisfação de dono): não somos proprietários, e sim usuários compartilhantes. Podemos, em alguns momentos da nossa história, imaginar que controlamos, dominamos e possuímos sem restrições tudo que nesta terra está, com uma ilusão fugaz de invulnerável soberania [...].

CORTELLA, M. S. *Não espere pelo Epiáfio!*: Provações filosóficas. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes Nobilis, 2014, p. 31.

QUESTÃO 01

No trecho, “É preciso lembrar insistentemente a sabedoria emanada dos muitos modos como a vida se expressa no planeta no qual habitamos [...]”, a expressão em destaque

- (A) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “em cujo”, na medida em que indica posse (“em nosso planeta”).
- (B) tem valor pronominal, uma vez que opera, na oração, substituição ao sujeito “planeta”, que lhe antecede.
- (C) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, tanto por “em que”, quanto por “que”, diante da bitransitividade do verbo “habitar”.
- (D) se trata de uma preposição, cuja função sintática é a de estabelecer a devida regência dos termos da oração.

QUESTÃO 02

A crase é um fenômeno linguístico que marca, por meio do acento grave, uma fusão de vogais idênticas e contíguas (a + a = à). Em geral, trata-se de uma relação de regência que demanda uma preposição a + o artigo definido feminino a, podendo ocorrer também, no entanto, com pronomes demonstrativos (*àquele, àquela, àquilo*) e, ainda, com pronomes relativos (*à qual, às quais*). A respeito do caso de sua ocorrência no trecho “Todas as vezes em que se fala sobre a incrível capacidade humana de dominar a natureza – com os elogios de praxe à nossa inventividade e poderio e, mais ainda, o orgulho de uma racionalidade que se aproxima da petulância [...]”, e em observância às regras de uso obrigatório e facultativo, a crase, nesse caso, é

- (A) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (B) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome demonstrativo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (C) facultativa, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.
- (D) obrigatória, na medida em que se trata da fusão de um termo preposicional regido pelo termo nominal “elogio” (elogio a alguém ou alguma coisa) com um pronome possessivo adjetivo feminino (nossa inventividade) que aceita o artigo definido a.

QUESTÃO 03

O modo de organização do discurso e a natureza do raciocínio empreendido pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, valendo-se da voz do estudioso Benauro Robert de Oliveira diante da experiência vivida por Jacques-Yves Cousteau, consistem em um raciocínio

- (A) argumentativo, com a intenção de estabelecer, pela narrativa apresentada, uma inferência analógica entre o caso relatado e a realidade de modo geral.
- (B) narrativo, com a intenção de estabelecer um relato, para fins estéticos, sobre a experiência contada pelo estudioso Benauro Robert de Oliveira.
- (C) descritivo, na medida em que o autor descreve a experiência vivida pelo oceanógrafo Jacques-Yves Cousteau, na voz de Benauro Robert de Oliveira.
- (D) explicativo, na medida em que o autor assevera, a partir de relato informativo, a necessidade de o leitor repensar as formas de compreensão da vida.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **04 a 06**.

Texto 2

Becos da minha terra...
 Amo tua paisagem triste, ausente e suja.
 Teu ar sombrio.
 Tua velha umidade andrajosa.
 Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.
 E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia,
 e sementes polmes dourados no teu lixo pobre,
 calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo.
 Amo a prantina silenciosa do teu fio de água,
 Descendo de quintais escusos sem pressa,
 e se sumindo depressa na brecha de um velho cano.
 Amo a avenca delicada que renasce
 Na frincha de teus muros empenados,
 e a plantinha desvalida de caule mole
 que se defende, viceja e floresce
 no agasalho de tua sombra úmida e calada [...]

Trecho do poema "Becos de Goiás" de Cora Coralina. In: CORALINA, Cora. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014, p. 92.

QUESTÃO 04

No trecho do poema "Becos de Goiás", de Cora Coralina, o eu lírico descreve um cenário marcado por imagens de degradação — "*paisagem triste, ausente e suja*", "*velha umidade andrajosa*", "*lodo negro, esverdeado, escorregadio*", "*lixo pobre*". Ainda assim, a voz poética declara reiteradamente: "*Amo...*". Qual efeito de sentido característico da obra da autora é gerado pelo contraste?

- (A) O paradoxo é construído para mostrar que o eu lírico rejeita o cenário descrito, carregado de adjetivações e descrições negativas, e o emprego de verbo afetivo "*Amo...*" funciona, portanto, como recurso de ironia, desestabilizando a interpretação literal do poema.
- (B) O contraste destaca uma visão idealizada do passado, por lembranças fugidias e contrastivas de tempos remotos, em que o eu lírico transforma a miséria em símbolo de uma memória perdida, anulando qualquer dimensão realista da cena descrita.
- (C) O uso de imagens negativas frequentemente seguido da expressão de amor, como "*Amo...*", demonstra uma tentativa de ocultar aspectos socialmente problemáticos do ambiente, neutralizando o tom crítico da autora, uma vez que se trata de sua própria cidade natal.
- (D) A associação entre afeto e degradação reforça a relação paradoxal entre o eu lírico e o espaço, revelando que seu amor nasce de uma identificação profunda com a simplicidade e com a beleza marginal encontrada nos lugares humildes — marca recorrente da poética de Cora Coralina.

QUESTÃO 05

Considere o verso "Amo tua paisagem triste, ausente e suja." Com base no emprego da conjunção destacada no trecho anterior, e observando as regras de pontuação da língua portuguesa, compreende-se que

- (A) o emprego de vírgula antes de "e" não ocorre, por se tratar de uma enumeração simples de adjetivos equivalentes, ligados a um mesmo termo ("paisagem"), caso em que a conjunção aditiva une elementos de mesma função sintática sem justificar pausa.
- (B) o emprego antes de "e" é obrigatório porque há três adjetivos; segundo a norma padrão, em enumerações com três ou mais termos, a conjunção deve ser precedida de vírgula de forma mandatória.
- (C) a ausência de vírgula antes de "e" configura desvio da norma, pois o último termo de qualquer enumeração deve ser isolado por vírgula, independentemente da classe de palavras envolvida.
- (D) o emprego de vírgula poderia ser utilizado antes de "e" para reforçar a intensidade expressiva da enumeração, uma vez que adjetivos de valor negativo exigem separação obrigatória por vírgula antes da conjunção.

QUESTÃO 06

Considerando o trecho do poema de Cora Coralina — "*E a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia e sementes polmes dourados no teu lixo pobre, calçando de ouro a sandália velha, jogada no monturo*" —, as relações sintáticas entre as estruturas oracionais permitem perceber que

- (A) a forma "calçando de ouro a sandália velha" funciona como oração subordinada adverbial causal reduzida de gerúndio, pois indica a motivação pela qual se realizam as "semeaduras" do sol ao meio-dia.
- (B) a expressão "calçando de ouro a sandália velha" constitui oração subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio, uma vez que especifica a maneira pela qual a réstia de sol recobre os elementos descritos.
- (C) o segmento "jogada no monturo" representa uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio, modificando o valor do termo nominal "sol", ao qual se vincula semanticamente.
- (D) o verbo "desce" em "a réstia de sol que ao meio-dia desce fugidia" introduz oração subordinada substantiva objetiva direta, já que o termo "que" recupera um referente abstrato e exerce função de complemento verbal.

QUESTÃO 07

Um texto pode ser considerado como uma malha de tecido (não à toa, falamos de sua tessitura), cujas linhas estruturantes amarram o tecido de tal forma que o tornam um todo significante, uma unidade de sentido. Dito de outra maneira, falamos de

- (A) coesão e semântica, uma vez que todo texto que esteja bem articulado, independentemente de fazer ou não sentido para um determinado interlocutor, pode ser considerado um texto efetivo.
- (B) coesão e coerência, uma vez que o sentido organizado de um texto é atingido quando se garante, ao mesmo tempo, os fatores pragmáticos de significação e de articulação de um texto, respectivamente.
- (C) coesão e coerência, uma vez que a forma como se amarram as partes estruturantes de um texto (a coesão) é fundamental para garantir-lhe o sentido (a coerência).
- (D) coesão e semântica, uma vez que o sentido é sempre um resultado organizado, concatenado e transparente dos significados da língua como um sistema de signos diferenciais.

QUESTÃO 08

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 foi um projeto elaborado pelos países lusófonos com o objetivo de unificar a ortografia do português. Até então, Brasil e Portugal (além dos demais países africanos de língua portuguesa) seguiam regras diferentes de escrita, o que dificultava a produção editorial comum, a circulação de textos, o ensino e a padronização internacional da língua. O acordo foi assinado em 1990 pelos países membros da CPLP, mas enfrentou longos anos de debates e revisões até entrar efetivamente em vigor. No Brasil, sua implementação começou em 2009, tornando-se obrigatória a partir de 2016. Entre as mudanças mais conhecidas, compreende-se que passa a ser

- (A) obrigatório o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento seguinte começa pela consoante *r* ou *s*: ultra-som, anti-semíta, semi-reta, contra-regra etc.
- (B) facultativo o uso de hífen em locuções de qualquer tipo (nominais, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas, conjuncionais): café-da-manhã ou café da manhã, antes-de-ontem ou antes de ontem etc.
- (C) facultativo o uso de hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou consoante: auto-escola passa a se grafar autoescola, co-piloto passa a se grafar copiloto etc.
- (D) proibido o uso de hífen quando o prefixo (ou falso prefixo) termina em vogal e o elemento começa por *r* ou *s*, passando-se a dobrar a consoante do elemento seguinte: ultrassom, minissaia etc.

QUESTÃO 09

Em sua obra *Retórica*, Aristóteles discorre sobre os três gêneros oratórios (deliberativo, judicial e epidíctico), cuja tipologia passa por critérios funcionais, tais como o assunto de que se fala, quem fala, para quem fala, de onde se fala, e o fim (a finalidade) para o qual se fala. Esses elementos foram recepcionados - e eventualmente atualizados - em teorias linguístico-textuais posteriores, contemporâneas, como aquelas que descrevem os sete fatores pragmáticos de textualidade: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, coesão e coerência. Considerando tais fatores, quais podemos destacar estarem já presentes no núcleo da proposta teórica aristotélica?

- (A) Intencionalidade, Informatividade, Coesão e Coerência.
- (B) Intencionalidade, Aceitabilidade, Situacionalidade, Informatividade.
- (C) Intencionalidade, Informatividade, Situacionalidade e Coesão.
- (D) Intencionalidade, Coerência, Coesão e Intertextualidade.

RASCUNHO

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.



Coca-Cola, 2025. Publicidade veiculada em diferentes mídias.

A publicidade apresenta a imagem de uma garrafa de Coca-Cola de vidro acompanhada do texto: “Porque é mais difícil de abrir e tudo o que é mais difícil é mais gostoso.” Considerando estratégias argumentativas típicas da linguagem publicitária, o anúncio

- (A) recorre a um argumento baseado em crenças culturais compartilhadas, atribuindo valor positivo à dificuldade como elemento que aumenta o prazer, reforçando um efeito emocional de valorização do produto.
- (B) constrói seu apelo retórico e persuasivo por meio de um argumento lógico-dedutivo, apoiado na demonstração racional de que embalagens difíceis de abrir conservam melhor o sabor.
- (C) utiliza um argumento de autoridade implícito, já que atribui a superioridade do produto em questão à opinião abalizada de um especialista anônimo sobre embalagens de bebidas e sua capacidade de conservação do sabor.
- (D) fundamenta sua estratégia de convencimento na comparação objetiva entre garrafas de vidro e garrafas plásticas, oferecendo dados concretos e mensuráveis sobre sabor, temperatura e conservação.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal de 1988 qual descrição corresponde ao critério constitucionalmente estabelecido para o preenchimento dos cargos em comissão e das funções de confiança na Administração Pública?

- (A) Os cargos em comissão destinam-se a atividades meramente técnicas e devem ser ocupados por servidores efetivos conforme critérios definidos em lei.
- (B) As funções de confiança são de livre nomeação e exoneração, destinadas a direção e assessoramento, e podem ser ocupadas por servidores públicos ou por profissionais externos.
- (C) Os cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (D) As funções de confiança destinam-se a atividades técnicas especializadas e devem ser ocupadas por servidores aprovados em concurso específico para esse fim.

QUESTÃO 12

No direito administrativo brasileiro, a formação válida do ato administrativo depende da reunião de elementos estruturais previstos pela doutrina e acolhidos pela jurisprudência. Nessa perspectiva, corresponde a elemento essencial do ato administrativo a característica que

- (A) vincula a manifestação administrativa ao objetivo público estabelecido como finalidade do ato.
- (B) transforma a vontade administrativa em norma geral dotada de abstração e impessoalidade.
- (C) desloca a competência administrativa para órgão diverso mediante delegação automática.
- (D) converte o ato administrativo em contrato quando há participação de particulares interessados.

QUESTÃO 13

Os artigos 70 a 74 da Constituição Federal de 1988 disciplinam o sistema de controle interno e externo da Administração Pública, definindo competências, finalidades e interações entre os órgãos que o compõem. Considerando esse conjunto normativo, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública ocorre mediante estrutura que

- (A) concentra exclusivamente no Tribunal de Contas da União a função de orientar e fiscalizar todos os Poderes, sem participação de unidades internas de controle.
- (B) atribui ao Congresso Nacional o controle externo, com apoio técnico do Tribunal de Contas da União, mantendo unidades de controle interno em cada Poder.
- (C) delega aos sistemas de controle interno a competência para julgar contas de administradores, submetendo apenas relatórios informativos ao Congresso.
- (D) permite ao Tribunal de Contas da União a emissão de recomendações sem força coercitiva, sem competência para aplicação de sanções administrativas.

QUESTÃO 14

A elaboração do planejamento orçamentário governamental, estruturado nos instrumentos previstos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, organiza-se em etapas interdependentes que condicionam a execução das políticas públicas. Nesse contexto, a compatibilidade entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) resulta de processo em que

- (A) o PPA detalha os limites de empenho da LOA, substituindo a necessidade de definição anual de metas fiscais pela LDO.
- (B) a LDO orienta a LOA e deve observar as diretrizes do PPA, assegurando que programas e ações anuais estejam alinhados às metas plurianuais.
- (C) a LOA estabelece programas governamentais de duração continuada, autorizando despesas de caráter plurianual sem necessidade de previsão no PPA.
- (D) o PPA define metas anuais específicas, enquanto a LDO organiza exclusivamente a estrutura administrativa, sem impacto sobre a programação orçamentária.

QUESTÃO 15

O artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define os princípios que orientam as contratações públicas e determina que toda atuação administrativa no âmbito das licitações deve observar parâmetros normativos voltados à integridade, à eficiência e ao controle. De acordo com esse dispositivo, a condução do processo licitatório deve ocorrer de forma que

- (A) admita exceções não previstas em lei, desde que justificadas pela conveniência administrativa.
- (B) permita flexibilização informal das etapas quando houver interesse imediato do gestor.
- (C) assegure julgamento por critérios objetivos, evitando decisões baseadas em preferências pessoais.
- (D) autorize tratamento favorecido a licitantes que possuam vínculos locais com o órgão contratante.

QUESTÃO 16

O artigo 17 da Lei nº 8.429/1992, integrante do Capítulo V, estabelece regras específicas para o processamento das ações de improbidade administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Segundo esse dispositivo, o ajuizamento da ação deve observar procedimento que

- (A) admite prosseguimento apenas quando demonstrados indícios mínimos de dolo na conduta.
- (B) elimina a fase de manifestação prévia do investigado, permitindo imediata citação.
- (C) permite responsabilização do agente público por mera irregularidade formal de natureza culposa.
- (D) dispensa o Ministério Público de apresentar documentos que embasam a acusação inicial.

QUESTÃO 17

Os artigos 10 a 14 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) disciplinam o procedimento de acesso à informação, estabelecendo direitos, prazos e obrigações para o trâmite dos pedidos. Já os artigos 23 a 27 tratam das hipóteses de restrição, incluindo sigilo e classificação de informações. Considerando simultaneamente esses dispositivos, o tratamento de um pedido de acesso ocorre mediante procedimento que

- (A) admite negativa automática quando a informação solicitada não estiver previamente disponibilizada no sítio eletrônico do órgão.
- (B) exige motivação expressa para eventual negativa, inclusive quando fundada em classificação de sigilo prevista em lei.
- (C) permite recusa imotivada nos casos em que o pedido dependa de análise de outro órgão da administração.
- (D) autoriza a prorrogação indefinida do prazo de resposta enquanto houver consulta a autoridade classificadora.

QUESTÃO 18

O artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), do Capítulo IV, prevê condições específicas para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e determina que a utilização dessas informações deve ocorrer de forma adequada às finalidades legais. Considerando esse dispositivo, o tratamento de dados pessoais por órgãos e entidades públicas deve observar requisito que

- (A) dispensa a indicação da finalidade quando os dados forem utilizados para políticas públicas.
- (B) permite o compartilhamento irrestrito de informações entre entes federativos.
- (C) exige a compatibilidade entre a finalidade declarada e o interesse público envolvido.
- (D) autoriza a coleta ampliada de dados sensíveis sem base legal prévia.

QUESTÃO 19

O artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, do Título III – Da Administração Municipal, estabelece que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional observará princípios específicos para orientar sua atuação. De acordo com esse dispositivo, a administração municipal deve atuar de acordo com o princípio que

- (A) admite sigilo administrativo como regra geral para proteção da atividade estatal.
- (B) exige publicidade dos atos, ressalvadas hipóteses legais de restrição.
- (C) autoriza preferência a agentes públicos por critérios pessoais de conveniência.
- (D) permite a adoção de normas internas sem observância de fundamento legal.

QUESTÃO 20

O artigo 62 da Lei nº 1.488/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Senador Canedo) disciplina a licença para tratamento da própria saúde e determina condições específicas para sua concessão. Considerando esse dispositivo, a concessão dessa licença ocorre mediante procedimento administrativo que

- (A) admite avaliação informal realizada pelo superior imediato, independentemente de perícia.
- (B) permite afastamento imediato sem comprovação, quando declarado pelo próprio servidor.
- (C) transfere ao contratado particular a decisão sobre a aptidão funcional do servidor.
- (D) exige inspeção médica oficial destinada a verificar a capacidade laboral do servidor.

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Em processos educativos, a forma como o conhecimento é organizado orienta os modos de aprender e define o papel dos sujeitos nos espaços escolares. Nesse sentido, a ação pedagógica embasada por uma perspectiva crítica e que busca a formação humana em seu sentido abrangente será

- (A) a elaboração de atividades pontuais, voltadas ao alcance de metas operacionais previamente definidas.
- (B) a construção de sequência didática, estruturada de modo progressivo para favorecer a aprendizagem.
- (C) a aplicação de exercícios repetitivos, centrados na memorização de informações para possibilitar o conhecimento.
- (D) a realização de avaliações periódicas, destinadas ao cumprimento de rotinas institucionais.

QUESTÃO 22

No ambiente escolar, o uso de tecnologias da informação e comunicação pode reforçar formas de consumo padronizadas e acríticas ou criar possibilidades de reflexão e compreensão dos conteúdos midiáticos. Nesse cenário, caracteriza-se como prática educativa que busca possibilitar a formação crítica dos sujeitos na era digital

- (A) a seleção de recursos tecnológicos destinados à produção de conteúdos escolares.
- (B) a adoção de plataformas digitais destinadas ao controle do desempenho individual.
- (C) a produção de materiais didáticos digitais orientados por padrões de mercado.
- (D) a análise de diferentes produtos culturais veiculados nas mídias digitais.

QUESTÃO 23

A forma como a gestão é incorporada às práticas escolares define modos específicos de participação e pode contribuir para a manutenção das relações de poder ou para a construção coletiva de práticas democráticas. Nesse contexto, caracteriza uma gestão democrática a prática que

- (A) organiza a participação por meio de critérios discutidos coletivamente, orientando a distribuição das decisões.
- (B) alterna responsabilidades sem considerar a dinâmica do grupo, busca evitar concentrações de autoridade.
- (C) mantém regras previamente definidas como eixo exclusivo de funcionamento das interações cotidianas.
- (D) focaliza a condução das atividades na figura docente para assegurar previsibilidade nas rotinas diárias.

QUESTÃO 24

O Plano Nacional de Educação (PNE) consolida um marco de planejamento estratégico que orienta ações públicas de longo prazo para a garantia do direito à educação no Brasil. Em sua configuração normativa, o PNE está estruturado em

- (A) finalidades, competências, ações e indicadores.
- (B) diretrizes, objetivos, metas e estratégias.
- (C) princípios, parâmetros, eixos e dispositivos.
- (D) fundamentos, procedimentos, critérios e etapas.

QUESTÃO 25

As políticas educacionais implicam as elaborações curriculares que, por sua vez, indicam uma determinada forma e conteúdo de ensino. Nesse processo, a concepção que sintetiza a relação entre políticas educacionais, currículo e cultura é a que

- (A) compreende o currículo como produção social resultante de disputas que orientam a seleção dos conhecimentos.
- (B) compreende o currículo como um conjunto fixo de temas estruturados por critérios exclusivamente técnicos.
- (C) interpreta o currículo como ordenamento estável que reproduz práticas pedagógicas sem influências políticas.
- (D) interpreta o currículo como uma sequência neutra de conteúdos desvinculada das relações culturais.

QUESTÃO 26

A escola pública brasileira está vinculada à relação entre Estado e sociedade. Dessa relação decorrem as políticas educacionais que definirão as condições da formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Nesse contexto, as políticas educacionais que contribuem para o desenvolvimento profissional docente, tanto na formação inicial quanto na continuada, são aquelas que

- (A) implementam diretrizes voltadas à padronização da formação.
- (B) definem ações, decisões e programas de aligeiramento da formação.
- (C) lidam com a formação como processo de responsabilidade individual.
- (D) proporcionam condições concretas e efetivas de formação.

QUESTÃO 27

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) integra o sistema nacional de monitoramento da qualidade educacional e orienta a elaboração de políticas públicas a partir de seus resultados. O IDEB é aferido periodicamente em intervalo

- (A) anual, com atualização contínua dos resultados.
- (B) bienal, com divulgação regular a cada dois anos.
- (C) trienal, com consolidação dos dados em ciclos de três anos.
- (D) quadrienal, com apuração vinculada aos planos de gestão.

QUESTÃO 28

A BNCC orienta o planejamento de aulas ao definir as aprendizagens essenciais, que incluem competências e habilidades, que todos os estudantes devem desenvolver ao longo de suas trajetórias na educação básica. Em uma proposta de aula alinhada à BNCC, as atividades devem articular

- (A) conteúdos essenciais, situações práticas, interação orientada e reflexão do estudante.
- (B) explicação prolongada, atividades isoladas, controle docente e avaliação contínua.
- (C) memorização contínua, exercícios padronizados, repetição mecânica e sequência fixa.
- (D) exercícios funcionais, rotina rígida, atividades fragmentadas e avaliação classificatória.

QUESTÃO 29

O Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, constitui-se como um fundo de natureza contábil mantido pelos entes federados. De acordo com essa legislação, os recursos do Fundeb são aplicados prioritariamente

- (A) na construção de universidades e expansão do ensino superior.
- (B) na criação de programas federais de incentivo ao esporte escolar.
- (C) na remuneração dos profissionais da educação básica pública.
- (D) na manutenção de escolas privadas conveniadas de educação infantil.

QUESTÃO 30

Ações de inclusão e diversidade exigem condições institucionais que possibilitem acessibilidade, atendimento às necessidades específicas e participação equitativa dos estudantes. A garantia estrutural que viabiliza a implementação dessas ações corresponde

- (A) à definição pedagógica que orienta práticas inclusivas, ainda que não haja previsão de recursos ou suporte institucional.
- (B) à elaboração individual de materiais didáticos pelos professores com o suporte técnico do poder público.
- (C) à distribuição interna de responsabilidades docentes como alternativa ao investimento financeiro.
- (D) à previsão orçamentária destinada à manutenção, desenvolvimento e oferta de serviços e recursos de acessibilidade.

QUESTÃO 31

Leia o texto a seguir.

A instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece a condição de uma linguagem científica [...] A instituição não dá apenas estabilidade social a uma 'doutrina'. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 70.

De acordo com o texto, a operação historiográfica está diretamente ligada

- (A) à heurística.
- (B) à hermenêutica.
- (C) à síntese qualitativa.
- (D) ao lugar social.

QUESTÃO 32

Segundo o paradigma teórico da "Educação Histórica", são exemplos corretos de "conceitos de segunda ordem":

- (A) Feudalismo e Revolução Industrial.
- (B) Explicação Histórica e Consciência Histórica.
- (C) Agricultura e Comércio.
- (D) Senhor de Engenho e Operário.

QUESTÃO 33

Com base na Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1/1990), o percentual mínimo da receita de impostos que o Município de Senador Canedo deve aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino é de

- (A) 15%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 30%.

QUESTÃO 34

O tenentismo foi um importante movimento político ocorrido durante a Primeira República que

- (A) defendia a manutenção do federalismo oligárquico.
- (B) propunha a instauração do voto secreto.
- (C) apoiava a política do café com leite.
- (D) teve caráter exclusivamente regional.

QUESTÃO 35

Na História do Brasil, a escravidão moldou condutas e gerou desigualdades que persistem ainda hoje. É possível dizer que o passado escravocrata se manifesta no presente por meio da

- (A) interpelação policial que aborda desproporcionalmente indivíduos negros.
- (B) prática do compadrio e adoção do sobrenome de antigos senhores.
- (C) distribuição proporcional de renda entre os grupos sociais.
- (D) representatividade equalitária em cargos de comando.

QUESTÃO 36

Leia o texto a seguir.

O marco temporal realiza uma política anti-indígena ao exigir o critério da atualidade da ocupação para caracterizar o direito indígena, no sentido de que a presença indígena na área reivindicada deve estar dada como um fato atual no dia em que a Constituição foi promulgada.

Ramalho, Walderez. Marco temporal e políticas do tempo: raízes de um equívoco histórico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 98, p. 202.

A tese do "marco temporal" é considerada uma "política anti-indígena", porque

- (A) realiza uma política de reparação histórica.
- (B) dificulta a demarcação das terras indígenas.
- (C) exclui critérios temporais nas disputas territoriais.
- (D) amplia o direito e a presença dos indígenas no território.

QUESTÃO 37

Leia o texto a seguir.

Os patrimônios difíceis – também conhecidos como patrimônios sombrios, dissonantes, marginais ou da dor – remetem a locais associados ao sofrimento, à exceção, encarceramento, segregação, punição e morte.

MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. *Patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação*. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 196, jun. 2021.

No contexto de Goiás, de acordo com o texto, um patrimônio difícil é

- (A) o Palácio das Esmeraldas.
- (B) a Casa de Senador Canedo.
- (C) o Memorial Césio 137.
- (D) as Cavalhadas.

QUESTÃO 38

O período em que os Jacobinos controlaram o poder político durante a Revolução Francesa ficou conhecido como

- (A) Diretório.
- (B) Monarquia.
- (C) Bonapartismo.
- (D) Terror.

QUESTÃO 39

Quando Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, em novembro de 1937, ele justificou a medida afirmando que o país enfrentava uma grave ameaça à ordem. Qual o argumento apresentado pelo governo para legitimar o golpe?

- (A) Suposto plano de revolução comunista.
- (B) Greves gerais e saques pelo país.
- (C) Ameaça de desintegração territorial.
- (D) Necessidade de alternância de poder.

QUESTÃO 40

No contexto da América Portuguesa, as “Câmaras Municipais”

- (A) eram órgãos que apenas atendiam os interesses da coroa.
- (B) eram compostas pelos chamados “homens bons”.
- (C) elegiam os vereadores por voto direto e universal.
- (D) eram a instância máxima de poder em nível nacional.

QUESTÃO 41

Leia o texto a seguir.

A noção de região, por exemplo, tem origem militar, vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob o comando, que vem da palavra latina *regere*, de uma dada força militar, de uma dada legião romana, de um regimento. Ela se confunde, muitas vezes, com a noção de província, que vem do latim *vincere*, ou seja, território vencido ou habitado por povos vencidos, submetidos ao domínio romano.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras: Revista de História, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 56-57 (texto completo), jan./jun. 2008.

Ao investigar a arqueologia do conceito de “região”, o autor do texto aponta que sua origem remete diretamente

- (A) aos processos espontâneos de identificação cultural.
- (B) às descrições neutras a partir de critérios climáticos.
- (C) aos exercícios de poder político e dominação.
- (D) às formações de mercados econômicos.

QUESTÃO 42

As disputas em torno das versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do componente de História tiveram como foco

- (A) a periodização cronológica.
- (B) o negacionismo histórico.
- (C) as fontes orais.
- (D) a interdisciplinariedade.

QUESTÃO 43

Leia o texto a seguir.

Nos últimos anos os estudos relativos ao fim do Mundo Antigo e à Antiguidade Tardia ganharam novas perspectivas. Tais estudos comportam um recorte temporal compreendido entre os séculos IV e VIII da era cristã no Ocidente e revelam preceitos distintos daquela já, felizmente, distante da ideia que colocava tal período histórico como época de “barbárie” e “trevas”.

GREIN, Everton. *Translatio ad mundus: a transformação do mundo romano e a antiguidade tardia. Elementos teóricos para uma perspectiva historiográfica*. *História da Historiografia* — International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 106–122, 2009.

De acordo com o texto, como a historiografia recente tem caracterizado o período histórico conhecido como Antiguidade Tardia?

- (A) Uma fase de transição construtiva e transformadora.
- (B) Um período de ruptura total e irreversível com a antiguidade clássica.
- (C) Uma época de decadência, desordem e colapso.
- (D) Uma simples extensão direta da Antiguidade Clássica.

QUESTÃO 44

Após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, diversas organizações de esquerda armada intensificaram suas ações ou surgiram no cenário político brasileiro. Quais eram os pontos em comum na estratégia da maioria desses grupos?

- (A) A recusa de qualquer forma de ação armada.
- (B) O foco exclusivo em ações de guerrilha urbana.
- (C) A crença no potencial das reformas promovidas pela ditadura.
- (D) A valorização da ação revolucionária contra o imobilismo partidário.

QUESTÃO 45

Segundo estudiosos, a frase "*Speak softly and carry a big stick; you will go far*", cuja tradução é: "Fale macio e carregue um grande porrete na mão; você vai longe", foi utilizada por Theodore Roosevelt para explicar a doutrina da política externa dos Estados Unidos conhecida como "*Big Stick*". Essa política é definida corretamente como a combinação entre

- (A) diplomacia e uso da força militar.
- (B) isolamento político e abstenção de intervenção.
- (C) tratados multilaterais e coexistência pacífica.
- (D) autodeterminação dos povos e neutralidade política.

QUESTÃO 46

Leia o texto a seguir.

Essa discrepância gritante entre pensamento e prática marcou o período de transformação do capitalismo global [...] Seria de se esperar, obviamente, que qualquer pensador racional e 'esclarecido' pudesse percebê-la. Contudo, não foi o que aconteceu.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel e o Haiti*. Tradução de Sebastião Nascimento. Prefácio de Vladimir Safatle. São Paulo: n-1 edições, 2017, p. 13-14.

Segundo o texto, qual era a contradição fundamental do pensamento iluminista?

- (A) Os filósofos iluministas desconheciam completamente a existência da prática da escravidão nas colônias americanas e caribenhas.
- (B) O projeto do Iluminismo defendia abertamente a escravidão como um mal necessário para o progresso econômico e a acumulação de capital na Europa.
- (C) A prática econômica da escravidão nas colônias inspirou diretamente os filósofos a formularem seus ideais de liberdade, servindo como modelo positivo.
- (D) A liberdade era tratada como um valor universal ao mesmo tempo em que a escravização capitalista de não europeus sustentava a economia.

QUESTÃO 47

No que diz respeito à consolidação da História como disciplina escolar autônoma ao longo do Brasil-Império, qual fator foi determinante?

- (A) A atuação de professores estrangeiros, que publicaram os primeiros manuais didáticos sem a influência da Igreja.
- (B) A criação do Colégio Pedro II, que estabeleceu um modelo curricular nacional.
- (C) A forte demanda das camadas populares, que viam na disciplina de História um instrumento de oposição ao poder central.
- (D) A inclusão da História como conhecimento obrigatório nos exames de admissão para os cursos superiores de Medicina e Direito.

QUESTÃO 48

Leia o texto a seguir.

Os historiadores, na realidade, podem estar diante de uma mudança de paradigma fundamental, de uma cultura da escassez para uma da abundância. Não faz muito tempo, nossa preocupação era com o reduzido número de pessoas que podíamos alcançar, com as páginas de conteúdo acadêmico que éramos capazes de publicar, com as fontes primárias que podíamos apresentar aos nossos alunos e com os documentos que haviam sobrevivido do passado.

ROSENZWEIG, Roy. *Clio conectada: o futuro do passado na era digital*. Tradução de Luis Reyes Gil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Diante da transição para uma "cultura da abundância", quais são as novas habilidades indispensáveis para os historiadores e professores de história?

- (A) O aprofundamento exclusivo em métodos quantitativos.
- (B) A especialização em montagem e manutenção de hardware.
- (C) O desenvolvimento de habilidades de curadoria e mediação.
- (D) O retorno às fontes primárias impressas.

QUESTÃO 49

O Período Regencial, iniciado em 1831, foi marcado por um profundo debate em torno de dois programas políticos antagônicos que disputavam a definição da soberania e da estrutura do Império. Qual é o conflito central desse período histórico?

- (A) A disputa entre monarquistas, que defendiam a continuidade do Império, e abolicionistas, que lutavam pelo fim imediato da escravidão em todo o território nacional.
- (B) A rivalidade econômica entre as elites do Norte e do Nordeste contra as do Sul.
- (C) O embate entre o projeto de centralismo político e administrativo da corte no Rio de Janeiro e as aspirações por autogoverno e autonomia das províncias.
- (D) O conflito ideológico entre os defensores da Coroa portuguesa e a elite do Rio de Janeiro.

QUESTÃO 50

Sancionada em 1979, pelo governo Figueiredo, a “Lei da Anistia” trouxe garantias

- (A) para as reivindicações dos movimentos sociais.
- (B) de punição para os agentes da repressão envolvidos em tortura.
- (C) de imediata reintegração de todos os servidores públicos cassados.
- (D) de perdão aos agentes do Estado que cometeram crimes como tortura.

RASCUNHO**RASCUNHO**

REDAÇÃO

Instruções

Você deve desenvolver um texto dissertativo-argumentativo. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória. Ao utilizá-la, você não deve copiar trechos ou frases. Quando for necessário, a transcrição deve estar a serviço do seu texto. O seu texto **NÃO** deve ser assinado.

Tema:

A NOVA PANDEMIA: VÍCIO EM JOGOS DIGITAIS

Coletânea

Texto 1

Com média acima da mundial, 28% dos jovens brasileiros fazem uso abusivo de videogames, diz pesquisa da USP

Estudo identificou que um em cada quatro jovens entrevistados se enquadram em critérios de transtorno envolvendo jogos eletrônicos.

Por g1

31/07/2022, às 21h38 – Atualizado há 3 anos.

A parcela de adolescentes brasileiros que faz uso excessivo de videogames é maior do que a média mundial, aponta uma pesquisa do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo foi realizado por Luiza Brandão, doutora em Psicologia Clínica do IP, a partir de questionários com milhares de adolescentes de escolas públicas.

As respostas dos estudantes indicaram que 85,85% deles jogam videogames e 28,17% se enquadram nos critérios de Transtorno de Jogo pela Internet (TJI), descrito em manual da Associação Americana de Psiquiatria.

Segundo a pesquisadora, o uso de videogames no Brasil é compatível com o mundial, mas o índice de uso problemático de jogos eletrônicos está acima da média de outros países.

O levantamento foi realizado a partir de um questionário com uma subamostra de 3.939 alunos de escolas públicas que integram o *Tamo Junto 2.0*, um programa do Ministério da Saúde para prevenir o uso de álcool e drogas por adolescentes.

O projeto do governo federal totaliza 5.371 alunos de 73 escolas públicas de São Paulo, Fortaleza e Eusébio (CE).

Os alunos responderam de forma anônima a um questionário sobre uso de drogas, *bullying*, classe socioeconômica, sintomas psiquiátricos e videogames. Mais de 90% dos alunos que responderam à pesquisa tinham de 12 a 14 anos, e cerca de 50% deles pertenciam à classe média. [...]

Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/31/uso-excessivo-de-videogames-e-maior-entre-adolescentes-brasileiros-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

Texto 2**Suicídio, bets e apostas de quotas fixas no Brasil: o que sabemos e por que ocorrem?**

Por Murilo Vasques Buzo Ter, 10/06/2025, Às 02h24 PM

Em 2018, a Lei 13.756/2018 estabeleceu a legalização de apostas de quotas fixas de eventos esportivos. Cinco anos depois, a Lei 14.790/2023 foi sancionada, os chamados jogos online de apostas de quota fixa, como bets, passaram a ser regulamentados. Após isso, houve um investimento maciço por cassinos e empresas de apostas esportivas na mídia, com estas chegando a se tornar as principais patrocinadoras de esportes como o futebol. No texto de hoje, exploraremos as implicações das apostas esportivas de quota fixa legalizadas no Brasil para muitos(as) apostadores(as).

No mês de Agosto de 2024, o Banco Central divulgou um relatório identificando que mais de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família destinaram 3 bilhões de reais para casas de apostas virtuais. No documento, constatou-se que o perfil etário consistia entre 20 e 30 anos majoritariamente. O órgão também disse que é "(...) razoável supor que o apelo comercial do enriquecimento por meio de apostas seja mais atraente para quem está em situação de vulnerabilidade financeira", trazendo à tona um problema socioeconômico que é explorado por casas de apostas para aumentar sua receita.

Como a legalização de apostas de quotas fixas é relativamente recente no Brasil, recorreremos a experiências internacionais para compreender os efeitos da presença dela na sociedade de maneira permitida. Em países com maior diversidade de jogos legalizados, como a Suécia e a França, os custos decorrentes de problemas com apostas superam o imposto e contribuição arrecadados pelas empresas do segmento. No país escandinavo, observou-se um aumento de 1,8 vezes em risco de mortalidade e de 15 vezes no risco de morte por suicídio por pessoas que possuem comportamento problemático de jogo, quando comparados com a população geral. O risco acentuado de alguém com uso compulsivo de plataformas de apostas tirar a própria vida foi identificado em outros países como Itália (93,7 vezes maior, quando comparado com a população geral) e no Reino Unido com jovens entre 16 e 24 anos (9 vezes maior em homens e 4,9 vezes maior em mulheres). Embora tais dados mostrem forte associação entre o jogo patológico e o risco de tirar a própria vida, não explicam o como nem o(s) porquê(s) disso ocorrer.

Por que apostas podem levar ao suicídio?

Buscando responder a essa pergunta, em 2022, Marionneau e Nikkinen conduziram uma revisão sistemática de estudos qualitativos sobre suicídio relacionados a comportamento problemático de jogo e processos psicológicos que levam alguém a tirar a própria vida – chamado de suicidalidade pelos autores. Na revisão, o critério de inclusão consistiu em estudos com evidência qualitativa empírica sobre suicídio relacionado a jogos de apostas feitos de maneira compulsiva e problemática. Foram analisados 20 estudos.

Notou-se a presença de dois fatores centrais que explicam a associação entre apostas e suicídio: endividamento e vergonha. Quando pessoas com problemas relacionados a jogos criam dívidas insustentáveis de serem quitadas, a probabilidade de surgirem pensamentos de tirar a própria vida aumentam significativamente. Utilizando o Integrated Motivational-Volitional Model of Suicidal Behaviour como instrumento para subsidiar a análise, podemos fazer uma hipótese funcional de que, nesse tipo de contexto, pode surgir a sensação de aprisionamento (entrapment, no modelo). Como é comum encontrarmos relatos de pessoas com comportamento problemático de jogo que pedem empréstimos sucessivos a familiares e pessoas próximas como pontos iniciais dessa construção de dívida até chegar no ponto dela não ser gerenciável, a sensação de ser um fardo também pode emergir (burdensomeness, no modelo).

Também podemos especular que a rede de apoio da pessoa em questão pode esvanecer conforme ela continua perdendo dinheiro em apostas, resultando em perda de suporte social (social support, no modelo). Sobre a vergonha, encontramos associações na literatura entre ela e pensamentos suicidas, como identificado em Ecological Momentary Assessment, que consiste em capturar a ocorrência de dados psicológicos ou comportamentais assim que eles ocorrem, sem recorrer à memória retrospectiva, como geralmente é falado em uma sessão de psicoterapia ou em entrevistas clínicas. [...]

Disponível em: <https://comportese.com/2025/06/10/suicidio-bets-e-apostas-de-quotas-fixas-no-brasil-o-que-sabemos-e-por-que-ocorrem>.

Acesso em: 29 nov. 2025. [Adaptado].

Texto 3

STF veda publicidade de bets para crianças e determina adoção de medidas contra uso de recursos do Bolsa Família em apostas

Na liminar, ministro Luiz Fux antecipa a validade de normas que vedam propaganda de apostas para crianças e que entrariam em vigor em janeiro de 2025.

Por Adriana Romeo

13/11/2024, às 11h09 – Atualizado há 1 ano.

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão, em todo o território nacional, de qualquer publicidade de jogos de apostas online de cota fixa (bets) para crianças e adolescentes. Decidiu também que sejam tomadas medidas que restrinjam o uso de recursos de programas assistenciais para apostas online.

A decisão do ministro Luiz Fux foi tomada nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 7721 e 7723, propostas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pelo partido Solidariedade, respectivamente. A liminar ainda será referendada em sessão extraordinária do Plenário Virtual nesta quinta-feira (14), das 11h às 23h59.

A decisão liminar (provisória e urgente) determina que o governo federal cumpra imediatamente as medidas de fiscalização e controle, voltadas para crianças e adolescentes, previstas na Portaria 1.231/2024 do Ministério da Fazenda, que regulamenta a Lei das Bets (Lei 14.790/2023).

A liminar também determina que o Ministério da Fazenda, a quem cabe a regulação e controle do assunto, implemente medidas imediatas que impeçam o uso de recursos provenientes de programas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e congêneres, em apostas online.

O ministro destacou as evidências apresentadas sobre os efeitos nocivos da publicidade de apostas na saúde mental de jovens e no orçamento das famílias, debatidas na audiência pública realizada nos dias 11 e 12 de novembro. Para ele, o perigo de demora para a decisão “deve ser afastado de imediato, sob pena de a inaplicação de normas já editadas, até janeiro de 2025, agravar o já crítico quadro atual”.

Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-veda-publicidade-de-bets-para-criancas-e-determina-adocao-de-medidas-contrain-uso-de-recursos-do-bolsa-familia-em-apostas/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 nov. 2025.

Proposta de redação: Texto Dissertativo-argumentativo

Considerando os elementos superestruturais de um texto dissertativo-argumentativo, posicione-se de forma clara, coesa e crítica em relação ao problema social do vício em jogos digitais e produza uma redação, organizada em prosa, na qual você apresente argumentos consistentes e propostas pertinentes sobre a temática. Não a assine, tampouco adote nomes fictícios e/ou abreviações.

ATENÇÃO!

O seu texto NÃO deve ser assinado.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30